



# Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

www.altoparaíso.pr.gov.br

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

Ofício Nº 64/2022

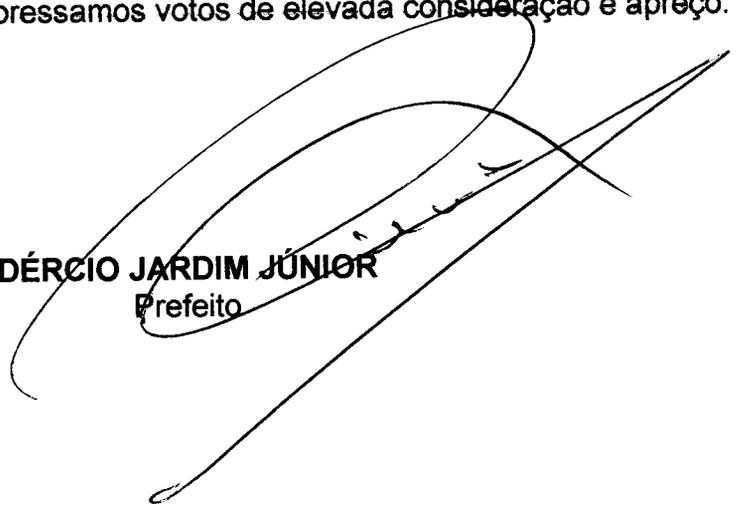
Alto Paraíso – PR., 25 de abril de 2022.

Senhor Presidente:

Através do presente, encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis, o apenso Projeto de Lei, em regime de urgência, conforme segue abaixo descrito, para que o mesmo possa ser aprovado pelos nobres edis:

<b>Nº.</b>	<b>Ano</b>	<b>Súmula</b>
011	2022	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 041/2013 (Plano Diretor), e da outras providências.

Na oportunidade expressamos votos de elevada consideração e apreço.

  
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR  
Prefeito

Recebi em: 26.4.22  
José P. Amémio.

Ao Excelentíssimo Senhor:  
**LUIZ CARLOS DE ARAUJO**  
M.D. Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso.  
**ALTO PARAISO – PARANÁ.**



# Município de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

Alto Paraíso, 25 de abril de 2022.

## Mensagem

### **Projeto de Lei Complementar – Alteração do Plano Diretor**

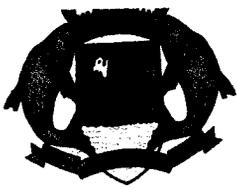
Senhor Presidente  
Senhores Vereadores,

Anexo à presente, estamos encaminhando Projeto de Lei Complementar que tem como objeto a alteração dos artigos 53 e 74 da Lei Complementar nº 041/2013, que institui o Plano Diretor do Município.

Basicamente, o objetivo da alteração é ajustar a legislação municipal ao que ficou recentemente estabelecido pela Lei Federal nº 14.285/2021, de 29.12.2021, sancionada pelo Sr. Presidente da República em 30.12.2021, a qual alterou a Lei Federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), Lei Federal nº 11.952/2009 (Lei de Regularização Fundiária) e Lei Federal nº 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo), para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.

Dentre as inúmeras alterações promovidas pela novel lei, ganha destaque a alteração implementada na Lei Federal nº 12.651/2012, mediante inclusão do § 10 ao art. 4º desta lei, conferindo autonomia aos municípios para definirem a dimensão da área não edificável próxima aos cursos d'água, nas margens de rios.

Como é do conhecimento dos nobres Edis, os Poderes Executivo e Legislativo do município de Alto Paraíso vêm desempenhando grande esforço, contando inclusive com o auxílio do Ministério Público Estadual, no intuito de promover a regularização fundiária do Balneário de Porto Figueira, buscando receber a justa indenização dos possuidores dos imóveis concedendo-lhes a devida titulação imobiliária. O ajustamento do Plano Diretor Municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.285/2021, nos permitirá concluir o procedimento de regularização em todo o território do Balneário.



# Município de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

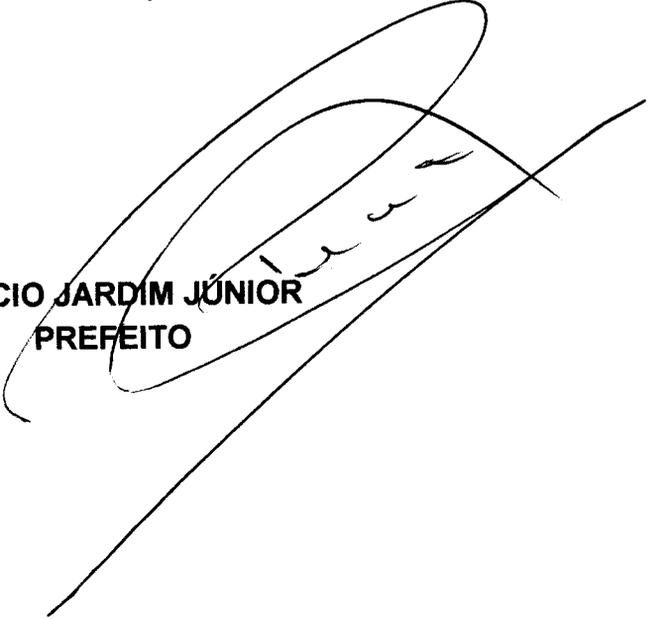
CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

Certos de que o presente projeto de lei está pautado pela constitucionalidade e virá de encontro ao anseio dos munícipes e demais proprietários de imóveis do Balneário de Porto Figueira, contamos com o apoio e compreensão de Vossas Excelências.

Aproveitamos a oportunidade para externar protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



DÉRCIO JARDIM JÚNIOR  
PREFEITO



# Município de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2022

De 25 de abril de 2022

**SÚMULA:** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 041/2013 (Plano Diretor), e dá outras providências.

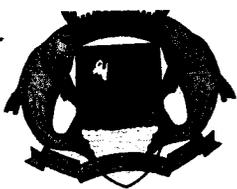
**A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, Prefeito sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O art. 53 da Lei Complementar nº 041/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53. Na Macrozona de Preservação Beira Rio está autorizada a regularização fundiária de núcleos urbanos informais já consolidados historicamente e será permitida a ocupação do solo pelo poder público e por particulares, para habitação, lazer e comércio, desde que respeitadas as dimensões mínimas de área não edificável definidas nesta lei.  
Parágrafo único. É vedado o uso de agrotóxicos na Macrozona de Preservação Beira Rio.

**Art. 2º** O art. 74, caput e respectivos §§, da Lei Complementar nº 041/2013 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74. Considera-se Área de Preservação Permanente para efeito desta lei:  
I – Na Zona rural, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:  
a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;  
b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;  
c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;  
d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;  
e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;



# Município de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - As encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - Os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - No topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - As áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

§ 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

§ 2º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do



# Município de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

§ 3º É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.

§ 4º Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:

I - sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;

II - esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;

III - seja realizado o licenciamento pelo órgão ambiental competente;

IV - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

V - não implique novas supressões de vegetação nativa.

§ 5º Em áreas urbanas consolidadas, em especial, em toda a faixa marginal do Rio Paraná, na área urbana compreendida pelo Balneário de Porto Figueira, fica definida como área não edificável a largura de 10 (dez) metros, contados desde a borda da calha do leito regular.

§ 6º Os imóveis urbanos inseridos na área urbana consolidada do Balneário de Porto Figueira, localizados às margens do Rio Paraná, com distância superior a 10 (dez) metros, contados desde a borda da calha do leito regular, poderão ser submetidos a processo de regularização fundiária, nos termos da lei municipal específica, admitindo-se a titulação e concessão de licenças para ocupação, construção e reforma dos imóveis preexistentes.

§ 7º Os imóveis urbanos inseridos na área urbana consolidada do Balneário de Porto Figueira, localizados às margens do Rio Paraná, que porventura estiverem ocupando ainda que parcialmente área considerada não edificável, nos termos do § 6º, poderão ser submetidos ao procedimento de regularização fundiária, nos termos da lei municipal específica, desde que, primeiro, promovam o devido recuo das edificações para fora da área não edificável de modo a respeitar a largura mínima de 10 (dez) metros, disciplinada no § 5º.



# Município de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

§ 8º A administração pública municipal fica autorizada a conceder licença aos proprietários de imóveis urbanos localizados no Balneário de Porto Figueira, para o fim específico de reforma e adaptação da edificação, para submissão do procedimento de regularização fundiária, nos termos dos §§ 6º e 7º.

**Art. 3º** Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 041/2013 permanecem inalterados.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná,  
aos 25 dias do mês de abril de 2022.

  
**DÉRCIO JARDIM JÚNIOR**  
**PREFEITO**